Anais do II Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás
Disponível em: http://pucgoias.edu.br/ucg/prope/pesquisa/anais/2016
ISSN: 2177-3327

TERRORISMO NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DO QUADRO NORMATIVO E INSTITUCIONAL

NAYANI PAULA RODRIGUES DE OLIVEIRA, JULIANA ALVES DOS SANTOS, DANIELA ANACLETO MACIEL, PAOLA DALLA NORA PERIN, THALITA VICTÓRIA FERREIRA FURTADO, PAULO HENRIQUE FARIA NUNES
nanipaula19@gmail.com

Objetivo: Analisar o quadro normativo e institucional brasileiro concernente ao combate ao terrorismo. **Método:** Diferentes técnicas de pesquisa foram empregadas no presente artigo. Foi realizado um levantamento teórico e conceitual sobre o terrorismo e o contexto no qual ele se insere atualmente; foram executadas buscas na internet e nas repartições governamentais para a coleta de documentos e arquivos oficiais referentes à política selecionada para mapear as dinâmicas que envolvem a atuação estatal; e, por último, efetuou-se a análise de como alguns Estados lidam com o terrorismo e quais políticas foram aplicadas para seu combate. **Resultados:** O Brasil, apesar de já ter ratificado as principais convenções mundiais e regionais de combate ao terrorismo e de participar dos mais relevantes organismos de cooperação, aprovou às pressas, por pressão internacional especialmente vinda do CS da ONU e das recomendações do Gafi, novas normas de combate ao fenômeno (lei 13.170/2015 e 13.260/2016). Percebeu-se com a elaboração do presente trabalho que a criação de um ordenamento jurídico de combate ao terrorismo deve, porém, proceder com cautela, uma vez que leis antiterroristas precipitadas e mal elaboradas podem ameaçar os direitos fundamentais dos indivíduos. **Conclusão:** A adequação da legislação às diretrizes internacionais relativas ao financiamento do terrorismo por parte do Brasil foi uma decisão acertada, mas a definição do terrorismo adotada pela lei antiterrorismo (lei 13.260/2016) apresenta falhas e revela a tentativa do país de conciliar a aspiração de se afirmar como "global player" e a tradicional política de neutralidade e preferência pelo "soft power".

Palavras-chave: Terrorismo. Brasil. Defesa.